

Roteiros do Futuro
- Conferência “Nascer em Portugal”

Coordenação
Casa Civil da Presidência da República

Autores
Vários

Design Gráfico
Teresa Cardoso Bastos - Design

Tiragem de 500 exemplares,
em papel couché semi mate de 150 gramas

Acabou-se de imprimir em Dezembro de 2012,
nas Oficinas Gráficas da Imprensa
Nacional-Casa da Moeda

Depósito Legal: 352033/12

Edição: 1019223

ÍNDICE

Sessão de Abertura

5. Sua Excelência o Presidente da República
9. João Lobo Antunes, Comissário da Conferência, “Nascer em Portugal”

Fecundidade e desenvolvimento económico nos países da OCDE

15. Olivier Thevenon, INED/OCDE, “Fecundidade e desenvolvimento económico nos países da OCDE”
23. Pedro Pita Barros, Faculdade Economia/UNL

Fecundidade e instituições na Europa

29. Gerda Neyer, University of Stockholm, “Estado providência, políticas de apoio à família e da fertilidade”
41. Karin Wall, ICS

Fecundidade e contextos sociais: o caso dos países nórdicos

49. Gunnar Andersson, University of Stockholm, “Fecundidade e contextos sociais: o caso dos países nórdicos”
67. Ana Nunes de Almeida, ICS

Nascer em Portugal

73. Maria João Valente Rosa, PORDATA,FFMS, “Fecundidade e Natalidade: Valores e Tendências”
83. António Barreto, FFMS

Fecundidade e Natalidade: problemas e políticas sociais e de saúde

91. Maria Filomena Mendes, Universidade de Évora, “Declínio da fecundidade, adiamento e número ideal de filhos em Portugal: o papel das medidas de política”
111. Isabel Tiago de Oliveira, ISCTE/IU, “A Fecundidade em Portugal: uma análise segundo a ordem do nascimento”
131. Vanessa Cunha, ICS, “As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas de natalidade”
145. Maria do Céu Machado, Universidade de Lisboa “Fecundidade e natalidade: problemas e políticas sociais e de saúde”
153. Mário Leston Bandeira, ISCTE/IU, “O direito de procriar e algumas particularidades da população portuguesa”
159. Manuel Villaverde Cabral, ICS

Homenagem ao Senador Professor Massimo Livi Bacci

165. Massimo Livi Bacci, “Declínio da Fertilidade Europeia e Portuguesa”
171. Sua Excelência o Presidente da República

COMENTÁRIO

FECUNDIDADE E CONTEXTOS SOCIAIS: O CASO DOS PAÍSES NÓRDICOS

ANA NUNES DE ALMEIDA
(ICS)

No meu papel de comentadora, necessariamente discreto e cirúrgico, gostaria de reter e sintetizar muito brevemente as ideias que me parecem mais interessantes na apresentação do nosso colega Gunnar Andersson. O objectivo é lançar a discussão entre os presentes.

Em primeiro lugar, sublinho as virtualidades de uma perspectiva comparativa de base científica. Isto é, a importância de abrir horizontes, de pensarmos o que se passa “cá dentro” a partir de informação credível, criteriosa e consistente sobre o que se passa “lá fora” - por exemplo relativamente aos vizinhos europeus mais próximos ou mais distantes. A investigação científica faz-se hoje num cenário internacional e a contextualização da situação portuguesa a partir de referentes externos é um desafio enriquecedor permanente.

Depois, sublinho o carácter típico do processo sueco, considerado sem dúvida um “caso de referência” para quem estuda a demografia e as políticas familiares europeias na segunda metade do século XX. Estamos perante um caso pioneiro, em matéria de transição e dinâmica demográficas, aliás quase oposto à evolução portuguesa: os suecos surgem como uns “forerunners” no domínio da modernidade demográfica, e em particular no que se refere aos comportamentos de fecundidade; pelo contrário, Portugal é nesta matéria um “latecomer” que entra bem mais tarde em ritmo de mudança. A curva da fecundidade tem uma evolução sinuosa na Suécia, com um pico máximo em 1990, e dois picos altistas nos anos de 1975 e 2005 – porém abaixo do necessário para substituir gerações, mas ainda assim bem acima da média europeia (para não falar da média portuguesa!). O que caracteriza

a Suécia no mapa europeu é realmente esta “highest low fertility”. Comparativamente, em Portugal a fecundidade entra em queda acelerada e vertiginosa a partir da década de 70, situando-se hoje em níveis baixíssimos no contexto da União Europeia. Não houve nas últimas décadas e até ao presente verdadeiras dinâmicas de “retoma” ou de “recuperação”, mas antes agravamento contínuo do declínio. Estamos perante um caso pioneiro, também, em matéria de políticas de igualdade de género. De duplo sentido ou alcance: políticas que encorajaram a participação das mulheres-mãe no mercado de trabalho, e a participação dos pais na vida familiar. Contudo, e tal como em Portugal, parece ser mais fácil favorecer o trabalho das mulheres fora de casa do que trazer os homens para a esfera doméstica, para o desempenho das tarefas parentais. O gráfico que Gunnar Andersson aqui mostrou sobre o “fathers’ uptake of parental leave” mostra bem como essa situação está a progredir mas ainda está longe de ser universal.

A Suécia conseguiu efectivamente construir um modelo sustentável que combina altas taxas de participação das mulheres na força de trabalho com altas taxas de fecundidade. Há porém um dado que gostava de ver esclarecido, pois isso permitiria um enquadramento mais rigoroso da questão: qual a natureza desse trabalho feminino? Percebemos que ele sobe de 1960 para 2000, vindo a registar-se uma taxa de actividade da ordem dos 75%. Mas constitui um trabalho a tempo integral? A tempo parcial? E, se é parcial, é-o em que medida? Por outro lado, e segunda questão: estamos a falar de que níveis de remuneração, comparativamente aos homens?.

Em terceiro lugar, é muito interessante realçar-se uma constatação: apesar de toda a prudência a colocar numa afirmação deste tipo, comprova-se o impacto específico das políticas públicas no comportamento de fecundidade, nomeadamente na sua recuperação. Como se chegou lá? Pelo caminho menos óbvio, aparentemente o menos directo. Ou seja, e ao contrário de opções de outros países, as políticas familiares suecas nunca tiveram como desígnio explícito encorajar o aumento dos nascimentos, nunca beneficiaram certos tipos de família (as de descendências numerosas, por exemplo) em detrimento de outras (famílias sem filhos, de filho único). Curiosamente, o caminho político foi construído assumindo a importância do processo de individualização nas sociedades contemporâneas (um tema muito caro aos sociólogos!), e fazendo portanto da igualdade de género (o projecto de garantir que homem ou mulher prossigam as suas trajectórias familiares e profissionais como indivíduos autónomos), o motor da mudança e da igualdade social. É através de políticas “individualistas” e não “familialistas” (estou obviamente a simplificar os termos) que na Suécia se encorajou a retoma da fecundidade, e se conseguiu obter a sua estabilização em níveis relativamente altos. Lembro alguns exemplos de medidas referidas na intervenção de Gunnar Andersson: sistemas fiscais baseados numa “individual taxation”, sistemas de segurança social baseados no indivíduo, sistemas de guarda das crianças fortemente comparticipados pelo Estado.

Quarto e último ponto. A recuperação da fecundidade produz “igualdade social”, nas palavras do nosso orador. Talvez não concorde com o termo “igualdade social”, pois é mais rigoroso falar de homogeneização e aplanamento de comportamentos de fecundidade entre grupos sociais na sociedade sueca. No passado, mulheres de níveis de instrução e idades diferentes, a residir em grandes ou pequenos aglomerados, mulheres suecas ou mulheres imigrantes a residir na Suécia registavam

perfis de fecundidade distantes. Hoje, pelo contrário, tendem fortemente a aproximar-se. Como se as variáveis de caracterização clássicas de posição social e condição de vida deixassem de ter um impacto estruturador significativo na decisão de ter filhos. Eis um repto para que as abordagens façam igualmente uso de um olhar qualitativo que dê visibilidade à dimensão subjectiva dos comportamentos, às representações e valores de homens e mulheres perante a fecundidade.